

-----**ATA N.º 17/2013**-----

-----Aos 3 dias do mês de julho de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador João Manuel Duarte.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que foi apresentado pelo Senhor Vereador João Manuel Duarte, através de fax, com registo de entrada n.º 5995, de 3/7/2013, pedido de justificação de falta à presente reunião, por motivos profissionais.-----

-----**A Câmara deliberou considerar a falta justificada.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público.-----

-----Começou por intervir a munícipe D. Ana Maria Pina, funcionária da autarquia, com a categoria de Tesoureira, que já não se encontra ao serviço, por indicação médica, aguardando decisão do pedido de reforma. --

-----Disse que a sua presença nesta reunião se deve ao facto de pretender saber, por parte do Senhor Vereador António Silva, o motivo pelo qual lhe retirou as chaves da Tesouraria, bem como a confiança, enquanto funcionária do Município. -----

-----Frisou que, ao longo da sua vida profissional, nunca passou por algo semelhante. Disse que, todos os Executivos com quem trabalhou, sempre foram unânimes em afirmar o seu empenho, dedicação e profissionalismo, bem como, a total confiança no seu trabalho. Para ela esta situação foi uma ofensa muito grave e como tal pretendia uma explicação para o ocorrido. -----

-----Referiu que aquando dos factos o Senhor Presidente da Câmara não estava na autarquia e não sabia do acontecido, mas soube quando regressou. Na sua opinião, deveria ter agido e repostado a normalidade, mas não o fez.-----

-----Esclareceu que fez uma queixa à IGAL, a relatar o acontecido, e, em resposta, o Executivo informou este organismo, que nunca tinha retirado a chave à funcionária, fazendo-a passar por mentirosa, quando tinham perfeita noção que os factos relatados correspondiam à verdade. -----

-----Continuou, dizendo que, este acontecimento foi uma “nódoa negra”, no seu currículo profissional, que sempre foi irrepreensível e que não quer sair sem repor a verdade, porque para quem não conhece a história, dá a ideia de que cometeu um erro grave ou mesmo um delito. Disse que sempre gostou de trabalhar na autarquia e sempre lutou pelos interesses desta edilidade e se não fosse o seu grave problema de saúde, ainda hoje estaria ao serviço. -----

-----Assume-se como uma pessoa frontal e esperava essa mesma frontalidade, por parte do Senhor Vereador António Silva, quando mandou que lhe retirassem as chaves. O que não aconteceu, porque esperou que

ela saísse de férias e quando chegou já não tinha as chaves, obrigando-a a ficar à espera que a porta fosse aberta por outra funcionária, para poder entrar no seu local de trabalho. Condição que se manteve até à sua saída da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que respeita a D. Ana Maria e que nunca lhe retirou as chaves, nem a confiança, até porque, sempre se manteve no seu local de trabalho a desempenhar as suas funções. -----

-----Em resposta, a D. Ana Maria reitera a veracidade de tudo o que relatou e afirma-se como uma pessoa honesta, nunca tendo recaído sobre si qualquer desconfiança. Afirma que, o que aconteceu foi um ataque à sua dignidade e pretende que o assunto seja esclarecido e assumido pelo Senhor Vereador em questão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que nutre pela D. Ana Maria uma grande estima e consideração, que em momento algum colocou o seu profissionalismo em causa. Disse que a funcionária continuou a desempenhar funções de Tesoureira, na Tesouraria.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber até à reforma da funcionária, quais eram as suas funções. -----

-----Pretendeu ainda saber de quem era a responsabilidade do controle do dinheiro e dos pagamentos. -----

-----A D. Ana Maria respondeu que as suas funções mantiveram-se como Tesoureira e continuou na Tesouraria, porque quando o Senhor Vereador António Silva tentou que se mudasse para a Contabilidade, solicitou que formalizasse a ordem por escrito e evocasse nesse

documento os motivos para tal decisão. Situação que nunca veio a acontecer.-----

-----Relativamente ao controlo, referiu que continuou as suas funções, mas vários funcionários tinham a chave da Tesouraria.-----

-----Referiu que na sua opinião, o Senhor Vereador António Silva lhe retirou as chaves e a confiança, porque na altura das eleições ela apoiou outro candidato. Disse ainda, que logo a seguir a essas eleições, aquando da avaliação dos funcionários, foi premiada com uma nota negativa e que se ela não se insurgisse contra esse facto, acabaria por ficar assim. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento que a D. Ana Maria continuava a desempenhar as funções de Tesoureira, mas sem qualquer controlo do que aí se passava.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** reiterou que a D. Ana Maria se manteve a trabalhar na Tesouraria e a desempenhar funções de Tesoureira. Informou ainda que à data existiam duas pessoas com as mesmas funções, nomeadamente a D. Melinta Rodrigues. -----

-----Informou que a Tesouraria tem responsáveis, com documentos de fecho e controle, assinados pelos responsáveis. A D. Ana Maria assinava esses documentos, não pode agora estar a passar a ideia, de que não havia qualquer gerência nessa Secção, porque é falso. -----

-----Disse ainda que, em momento algum deu negativa a alguém, tendo solicitado que seja facultado aos Vereadores as notas que atribuiu à funcionária D. Ana Maria, tendo até atribuído nota de “excelente” em momento que mencionou que se iria reformar, como forma de reconhecimento pelo serviço prestado. Disse que, efetivamente, o SIADAP, exige que sejam estabelecidas quotas, mas nunca deu negativa a ninguém. -----

-----Por último, disse que nunca teve nada contra a D. Ana Maria, que a respeita e sempre respeitou e que não irá ter em conta as suas afirmações, porque está muito nervosa e não entendendo os objetivos da D. Ana Maria.

-----Relativamente à avaliação a D. Ana Maria, disse que a nota foi depois alterada, pelo Senhor Presidente da Câmara, mas que a intenção inicial foi atribuir uma negativa.

-----Disse que de facto se manteve na Tesouraria e a desempenhar funções de Tesoureira, porque essa é a sua carreira. Mas, numa reunião, presidida pelo Senhor Vereador António Silva e onde estiveram presentes outros funcionários, ele retirou-lhe a confiança e certamente o Senhor Vereador José Luís Cabral, recordar-se-á, porque também estava presente e, no final da reunião inquiriu-o sobre para onde iria a partir daquele momento, tendo ele respondido, que fosse para a Tesouraria, que era o seu local de trabalho.

-----Finaliza, dizendo que lamenta que o Senhor Vereador António Silva não assuma os seus atos.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que efetivamente não estava na autarquia quando isto se passou, mas por diversas vezes conversou com a D. Ana Maria sobre o assunto. Deseja-lhe as maiores felicidades nesta nova etapa da sua vida, reiterando a estima e amizade que tem pela sua pessoa.

-----De seguida, usou da palavra o munícipe, Senhor Manuel Cruz, para dizer que tinha ficado acordado, numa reunião de Câmara passada, marcar uma reunião para discutirem assuntos relativos à Associação dos Mais Necessitados e até hoje ainda não tinha recebido qualquer notificação.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que por motivos de agenda ainda não tinha sido possível realizar a reunião, mas, disse que não eram

necessários grandes formalismos, caso o Senhor Manuel Cruz tenha tempo, podem falar a seguir à reunião de Câmara. Pretendeu saber qual o assunto que queria esclarecer.-----

-----O Senhor Manuel Cruz disse que o assunto tinha a ver com um subsídio, no valor de 1800€, que ficou por resolver. -----

-----Depois de questionado sobre qual o montante em dívida, pelo Município à referida Associação, respondeu que era de 500€. No entanto, tinha apresentado uma candidatura junto do Gabinete de Ação Social, para um evento realizado a 16/9/2007, denominado, II Convívio de Idosos – Sta. Eufêmea, cujo montante era de 1800€, que nunca recebeu, tendo ficado a saber à posteriori quem nem tinha sido sujeito a deliberação de Câmara. Disse que na altura o Município tinha assumido este subsídio, pretendia saber como iriam resolver a situação.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que este Executivo apoia incondicionalmente as Associações do Concelho e a Associação dos Mais Necessitados, não foge à regra. Relativamente ao subsídio a que se refere o Senhor Manuel Cruz, efetivamente não estando registado na contabilidade, dificilmente poderá ser pago. No entanto, não podia deixar de relembrar o Senhor Manuel Cruz que a autarquia suportou todos os custos inerentes a esse evento, não tendo a Associação qualquer despesa com o mesmo, logo, terá que compreender, que não existe qualquer fundamentação, para a autarquia atribuir um subsídio. -----

-----Reiterou que as Associações não podem depender da autarquia, em exclusivo, têm que encontrar fontes de autofinanciamento. Disse que o Município de Celorico da Beira para além destas ajudas pontuais disponibiliza, sempre, transporte para a Associação ir buscar os alimentos à Guarda. Não percebe esta revolta do Senhor Manuel Cruz contra a Câmara Municipal.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento dos seguintes assuntos:-----

-----Mapa do ponto da situação das candidaturas do Município à data de 3/7/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião;-----

-----*Email* do Grupo Parlamentar do PCP, com o registo de entrada n.º 5898, datado de 28/6/2013, sobre a proposta de Lei n.º 119/XII, nomeadamente o seu artigo 5.º.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação da proposta de protocolo, que foi presente a uma reunião de Câmara, que tinha como objetivo uma parceria entre a CP e a EMCEL. -----

-----Pretendeu ainda saber se o evento “Andanças” e “Danças na Água” terão continuidade este ano. Referiu que na altura tinham passado a ideia de que o festival “Andanças” este ano não iria acontecer em Celorico da Beira, mas ficou uma vontade manifesta por parte do Executivo de dar continuidade ao evento “Danças na Água”. Disse que foi feito um investimento considerável nas margens do rio, na Ratoeira, e desconhece que tenha havido qualquer continuidade na produção de eventos, de forma a rentabilizar o investimento e a impedir a degradação do espaço.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente ao protocolo entendeu que, como as eleições autárquicas estão próximas tinham que avaliar essa situação, porque o que pode ser vantajoso para uns, poderá

não o ser para outros, por isso não quer tomar essa posição sem ponderar convenientemente. -----

-----No que diz respeito aos eventos disse que no ano passado foram realizados com recurso a uma candidatura, atualmente a autarquia tem de ponderar estas situações de forma a inserirem-se na sua estrutura financeira. Disse que se houver colaboração das Associações do Concelho poderá ser ponderado uma situação dentro do mesmo modelo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente ao protocolo com a CP, embora respeite a opinião do Senhor Presidente, só vê aspetos positivos. É um contrato em que a EMCEL presta um serviço à CP, podendo tornar-se numa fonte de receita que não deveria ser desperdiçada.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que considera esta situação no mínimo estranha, porque não existe, por parte do Executivo a mínima visão. Para além de perderem uma fonte de receita, estão a perder um serviço. Disse que este Executivo não teve capacidade de contrariar a desertificação de Celorico-Gare e este protocolo poderia ser um atenuar dessa situação, ao invés, revelam não ter qualquer estratégia.-----

-----Disse que não concorda que o Senhor Presidente deixe esta situação para decidir no futuro, este protocolo veio à reunião de Câmara há já sensivelmente 6 meses e só agora entende não ser adequado colocá-lo em prática. Questionou o Senhor Presidente qual é a alternativa a este protocolo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que as bilheteiras estão abertas e a estação tem um grande fluxo de pessoas, nomeadamente ao fim-de-semana. Lamenta que o Senhor Vereador fale sem ter conhecimento da realidade. Referiu que contrariamente ao que foi dito nunca abandonou os munícipes e tudo tem feito para aplicar soluções.-



-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de que a autarquia recebeu um inquérito das atividades empresariais, sobre a EMCEL. Referiu que se trata de uma clara fiscalização à situação das empresas municipais, mormente ao cumprimento dos requisitos da Lei 50/2012, de 31/8 e diz respeito aos últimos 4 anos económicos.-----

-----Disse que esta situação o preocupa, porque se por um lado a EMCEL tem tido medidas de contenção, com contração da despesa e do passivo e embora tenha sido transcrito em matéria de reequilíbrio a transferência de uma verba de 1.300.000€, para reorganizar o passivo, por outro lado, têm a subsidio dependência, que embora tenha vindo a reduzir, ainda se manifesta. Aquando da apresentação do orçamento da EMCEL, para 2013, a Administração tinha como objetivo reduzir esse subsídio dependência através do incremento das vendas e prestações de serviços, espera que os resultados sejam encorajadores. -----

-----Informou que a Câmara Municipal será objeto de certificação legal de contas e foi aberto procedimento para contratação de um novo ROC, com prestação de serviços para um ano. Também a EMCEL terá que fazer igual procedimento.-----

-----De seguida e referindo-se ao reequilíbrio financeiro da autarquia disse que há uma situação que o está a preocupar, que se prende com o facto de o Banco Santander ainda não ter apresentado o contrato devidamente assinado para ser remetido ao Tribunal de Contas. -----

-----Informou que teve várias reuniões com o departamento de crédito e com o gabinete jurídico do Banco, onde mostraram disponibilidade para resolver a situação, mas até hoje ainda nada foi formalizado. Referiu que esta situação o deixa apreensivo, face ao cenário político e económico do país, que poderá provocar um recuo das instituições financeiras. Mencionou que as taxas negociadas eram francamente boas, face à situação financeira do país. Informou que o Banco Santander na altura mostrou total disponibilidade, tendo ficado acordado que o valor do crédito

seria o necessário para o Município quitar a dívida para com a instituição, cessando assim a ação que tinham em Tribunal contra a autarquia. -----

-----Disse que estas são situações urgentes, que tem de se resolver e não iria deixar passar esta reunião sem dar esta explicação ao Executivo, porque, tal como disse anteriormente, Portugal vai ter momentos muito maus que se irão repercutir nestas situações. -----

### -----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto: -----

### -----**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E A COCEBA.** -

### -----**ORDEM DO DIA**-----

#### -----**1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E PARTICULARES** -----

##### -----**1.1. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ESTRADA** -----

-----**Requerente: Associação Recreativa e Beneficente do Baraçal**-----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 2091, datada de 26/6/2013, dando conhecimento de que foi solicitado, pela Associação Recreativa e Beneficente do Baraçal, autorização para realizar as festas da Associação nos dias 27 e 28 de julho e 3, 4, 9, 10 e 11 de agosto do corrente ano, bem como, corte do trânsito da Rua do Forno.-----

-----Mais informa que, uma vez que, o parecer da GNR é favorável, nada tem a opor.-----

-----Refere que tratando-se de uma Associação Recreativa, nos termos do Regulamento de Taxas do Município, está isenta do pagamento de taxas. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, autorizar o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante. -----

-----1.2. **ASSUNTO:** PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO -----

-----Requerente: Sociedade de Construções Soares da Costa -----

-----Foi presente ofício da empresa Soares da Costa, com registo de entrada n.º 4716, de 21/5/2013, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas de 15/6/2013 a 29/6/2013.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido nos termos do parecer técnico da Chefe de Divisão.” -----

-----A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor “Deferido nos termos do parecer técnico da Chefe de Divisão.” -----

-----1.3. **ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE ANEXO - APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE ESPECIALIDADES - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE --

-----Requerente: Manuel Henriques da Costa Diogo -----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 837, do processo n.º 56/2009, de 06/12/2010, informando que foi solicitado ao requerente a apresentação de elementos em falta, no projeto de especialidades, para análise definitiva do pedido. Informam que não foi demonstrado pelo requerente a pretensão da continuidade do pedido.-----

-----Face a esta situação o pedido encontra-se em condições de se declarar a caducidade, de acordo com o descrito no n.º 6, do artigo 20.º do RJUE, uma vez que o prazo para a apresentação das especialidades já expirou. -----

-----A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por unanimidade declarar a caducidade do processo n.º 56/2009 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.-----

-----1.4. **ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE ESPECIALIDADES - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE**-----

-----Requerente: Alzira Rodrigues Fernandes Glória-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 203, do processo n.º 11/2007, de 27/2/2008, informando que foi solicitado à requerente a apresentação de elementos em falta, no projeto de especialidades, para análise definitiva do pedido. Informam que não foi demonstrado pela requerente a pretensão da continuidade do pedido.-----

-----Face a esta situação o pedido encontra-se em condições de se declarar a caducidade, de acordo com o descrito no n.º 6, do artigo 20.º do RJUE. -----

-----A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por unanimidade declarar a caducidade do processo n.º 11/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.-----

-----1.5. **ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE HABITAÇÃO - EMISSÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE**-----

-----Requerente: Maria do Céu Diogo Monteiro -----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 894, do processo n.º 48/2010, de 28/12/2010, informando que foi solicitado à requerente a apresentação de elementos em falta, no projeto de especialidades, para análise definitiva do pedido. Informam que não foi demonstrado pela requerente a pretensão da continuidade do pedido.-----

-----Face a esta situação o pedido encontra-se em condições de se declarar a caducidade, de acordo com o descrito no n.º 2, do artigo 71.º do RJUE.-----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por unanimidade declarar a caducidade do processo n.º 48/2010 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.**-----

-----**2. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**2.1. ASSUNTO: PEDIDO DE REAVALIAÇÃO DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----**Requerente: Noémia Alzira A. Lopes**-----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 2057, datada de 21/6/2013, dando conhecimento de que foi solicitado pela requerente uma reavaliação da renda da sua casa, alegando que a mesma é elevada face aos seus rendimentos e despesas.-----

-----A Técnica informa que o pedido foi analisado e depois de aplicado aos rendimentos (IRS de 2012), a fórmula de cálculo da base de dados do IHRU, a renda mensal aumentaria para o valor de 77,23€.-----

-----Informa que, em virtude das despesas apresentadas não serem consideradas elegíveis na base de dados do IHRU e mantendo-se o agregado familiar, propõe que o valor atual seja mantido.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, se, efetivamente existe uma fórmula para calcular as rendas, terá que ser esse o procedimento a adotar. Referiu que de qualquer forma enquanto no 1.º pedido vêm as alegações da requerente, no 2.º pedido também deveriam de existir.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, manter a renda da requerente, em 74,88€.**-----

-----**2.2. ASSUNTO: PEDIDO DE REAVALIAÇÃO DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----**Requerente: Maria do Céu Figueiredo Albuquerque**-----

-----Foi presente informação técnica com registo n.º 2056, datada de 21/6/2013, dando conhecimento de que, a requerente considera que a renda, no valor de 103,70€, é elevada para os seus rendimentos e despesas com medicação. -----

-----A Técnica informa depois de analisados os documentos apresentados pela requerente e depois de aplicado os rendimentos à base de dados do IHRU (IRS de 2012), os mesmos baixaram, uma vez que a requerente deixou de trabalhar, por motivos de saúde.-----

-----Informa que, em virtude de os rendimentos terem diminuído e o agregado familiar se manter, o valor apresentado, através da base de dados do IHRU é de 82,65€, pelo que propõe que seja atribuída este valor de renda mensal a partir de julho de 2013. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, diminuir o valor da renda mensal, para o valor de 82,65€, a partir de julho de 2013.**-----

-----**3. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: FORMAÇÕES 2012/2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos com registo interno n.º 2071, de 24/6/2013, dando conhecimento das formações que decorreram no ano de 2012/2013. -----

-----**4. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO PARA AUDIÇÕES NA CEOP SOBRE PRIVATIZAÇÃO DOS CTT E ENCERRAMENTO DAS ESTAÇÕES DE CORREIOS**-----

-----Foi presente, para conhecimento, *email* com registo de entrada n.º 5717, datado de 21/6/2013, que o Grupo Parlamentar do PCP requereu que a Comissão de Economia e Obras Públicas procedesse à audição das entidades descritas no referido documento. -----

-----**5. PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO E A COCEBA**-----

-----Foi presente minuta de protocolo a celebrar entre a Coceba – Cooperativa Agro-Pecuária de Celorico da Beira e o Município de Celorico da Beira, que visa o agrupamento de serviços públicos, no prédio urbano sito à Rua dos Bombeiros Voluntários, propriedade do primeiro outorgante.-

-----Os serviços a agrupar serão:-----

-----Gabinete de Apoio ao Agricultor;-----

-----Gabinete e Laboratórios dos Veterinários;-----

-----Espaço Internet;-----

-----Sala de formação para desenvolvimento de ações e de certificação do setor agrícola, florestal e obtenção de CAP fitossanitários entre outros para os mencionados setores;-----

-----Universidade Sénior;-----

-----Estrelacoop – Apoio à certificação DOP;-----

-----Celflor.-----

-----Em contrapartida da utilização dos espaços a Câmara Municipal de Celorico da Beira concede um subsídio financeiro no valor de 2.750€ à Coceba. O pagamento será feito por cheque até ao oitavo dia de cada mês, com início a 1 de Julho de 2013. -----

-----O presente protocolo tem o seu início no dia 1 de julho de 2013 e vigor pelo período de 5 anos, sendo o seu término no dia 30 de junho de 2018. -----

-----O segundo outorgante destacará um funcionário do Município, para colaborar na resolução das tarefas administrativas entre os vários setores das unidades instaladas.-----

-----Os encargos com eletricidade e limpeza serão suportados mensalmente pelo segundo outorgante em regime de comparticipação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre a Coceba e o Município de Celorico da Beira, nos termos constantes do mesmo.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta, para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e 30m e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----